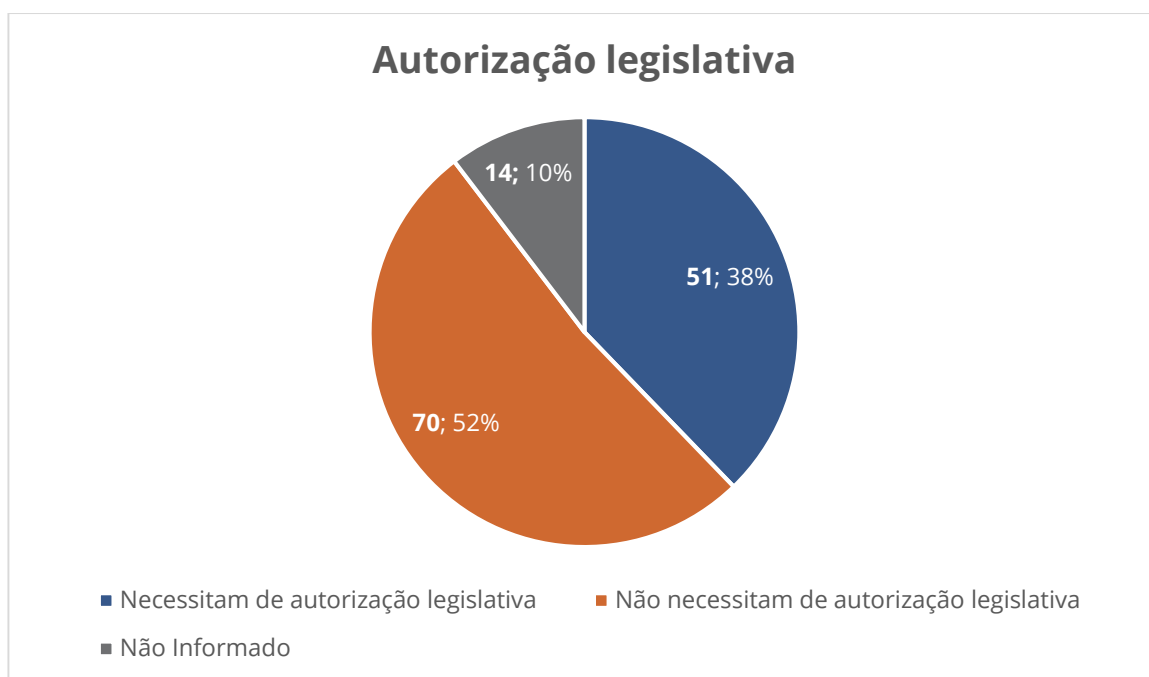


PRIVATIZAÇÃO: 38% DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS DEPENDEM DE APROVAÇÃO LEGISLATIVA

Levantamento feito pela **Contatos Assessoria Política** solicitado pelo **Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas** constata que das 135 empresas estatais controladas pela União (existentes em dezembro de 2018), 51 delas (ou 38%), pelo menos, dependem de autorização junto ao Congresso Nacional para seguir com o processo de privatização, conforme cada lei específica de criação.



As principais empresas como: Caixa, BNDES, Embrapa, Correios, Petrobras e Banco do Brasil; são consideradas de grande importância social e econômica, e necessitam então de aprovação de proposição no âmbito do Congresso Nacional.

Outras 70 (ou 52%) são empresas estatais que não necessitam autorização legislativa para privatização e, portanto, dependem somente de aprovação estatutária ou através de decreto específico para venda. Entre essas, estão algumas empresas do setor de energia, que, embora não tenham sido criadas por lei, o foram com base em autorização legal expressa, o que poderia justificar a

necessidade de lei com autorização expressa para sua privatização, como no caso de Furnas, Chesf, Eletrosul e Eletronorte.

As 14 (ou 10%) restantes, são empresas subsidiárias de segundo grau, criadas por empresas públicas ou sociedades de economia mista como forma de exploração de uma determinada atividade econômica ou prestação de serviço pelo Estado. Dentre elas, existem empresas subsidiárias da Eletrobrás, da ECT, BB e Caixa. Não foram encontrados documentos oficiais que indiquem se essas empresas necessitam de autorização legislativa para privatização.

O avanço da agenda de privatização não deve se dar de forma tão automática e deve sofrer influências de outros fatores como entraves e embates no meio jurídico. Como a ADI 5.624/2016, que recebeu decisão liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, pela proibição da privatização de estatais sem autorização do Congresso e vedou a venda de ações de sociedades de economia mista, subsidiárias e controladas, abrangendo as esferas federal, estadual e municipal sem licitação; além de outras ações movidas em tramitação no Poder Judiciário.

Para levantar os números foi utilizado como base a publicação editada pelo governo federal “Perfil das Empresas Estatais” divulgada em 2016 ano base de 2015 que pode ser acessada no link:

[http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/publicacoes/perfil-das-empresas-estatais/ano-base-2015.](http://www.planejamento.gov.br/assuntos/empresas-estatais/publicacoes/perfil-das-empresas-estatais/ano-base-2015)

Os dados foram atualizados com base na legislação federal, e no Boletim das Empresas Estatais do MPDG nº 8, de outubro de 2018.

Abaixo, confira dois quadros com as 51 empresas que **NECESSITAM** de uma lei autorizativa para sua privatização, e outro com as outras 70 empresas com processo de privatização mais flexível:

51 EMPRESAS PÚBLICAS QUE NECESSITAM DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

EMPRESAS PÚBLICAS	ORIGEM
1. AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A. - AMAZUL	LEI Nº 12.706, DE 8 DE AGOSTO DE 2012. DECRETO Nº 7898/2013
2. BANCO DO BRASIL S.A. - BB	ALVARÁ DO PRÍNCIPE REGENTE / LEI Nº 4.595/1964
3. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES	LEI FEDERAL Nº 1628/1952
4. AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME	DECRETO Nº 59.170/1966 / LEI FEDERAL Nº 5662/1971
5. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA	DECRETO Nº 2723/1861 / DECRETO-LEI Nº 759/1969
6. CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA S.A. - CEITEC	LEI Nº 11.759, DE 31 DE JULHO DE 2008. DECRETO Nº 6.638/2008
7. CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS	LEI Nº 3890-A / DECRETO Nº 1178
8. AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - AME	MEDIDA PROVISÓRIA, 1531/2012
9. BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA	MEDIDA PROVISÓRIA, 1531/2012
10. CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D	LEI ESTADUAL Nº 1.087/1955
11. CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON	LEI Nº 5523/1968
12. COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE	DEC. LEI Nº 63.121 / LEI ESTADUAL Nº 60
13. COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE	LEI ESTADUAL Nº 10.900

14. COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL	LEI ESTADUAL Nº 2137
15. COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ - CEPISA	LEI ESTADUAL Nº 1948
16. COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM	LEI Nº 8.970, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1994.
17. EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC	LEI Nº 11.652, DE 7 DE ABRIL DE 2008. DEC Nº 6.246/2007
18. EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA - EPE	LEI Nº 10.847, DE 15 DE MARÇO DE 2004. DECRETO Nº 5.184 DE 16.08.2004
19. EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A.	LEI Nº 12.304, DE 2 DE AGOSTO DE 2010. DECRETO Nº 8.063
20. FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP	ARTIGO 191 DO DECRETO-LEI Nº 200 DE 25 FEVEREIRO DE 1967 DECRETO Nº 61.056/1967
21. PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS	LEI Nº 2004/1953
22. INDÚSTRIA CARBOQUÍMICA CATARINENSE S.A. - ICC (EM LIQUIDAÇÃO)	DECRETO-LEI Nº 631
23. AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF	LEI Nº 12.712
24. BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA	DECRETO LEI Nº 4451
25. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB	LEI FEDERAL Nº 1649
26. CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB	LEI Nº 5895
27. CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS	LEI ESTADUAL Nº 5.577

28. COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA	LEI Nº 6.222
29. COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG	LEI Nº 1.643
30. COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP	DECRETO-LEI Nº 155
31. COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ	DECRETO-LEI Nº 256
32. COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN	DECRETO-LEI Nº 794
33. EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT	DECRETO LEI Nº 509
34. EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS	LEI Nº 10.972/2004
35. EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO	LEI Nº 5.862/1972
36. EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV	LEI Nº 6.125/1974
37. EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON	LEI Nº 7.000/1982
38. EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA	M.P Nº 2.155/2001
39. SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	LEI Nº 4.516/1964 REGIDA PELA LEI Nº 5.615/1970
40. TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS	LEI Nº 5.792/1972
41. COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF	LEI Nº 6.088/1974
42. COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM	DECRETO LEI Nº 764/1969

43. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	LEI Nº 8.029/1990
44. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA	LEI Nº 5.851/1972
45. EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH	LEI Nº 12.550/2011
46. EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. - EPL	LEI Nº 12.404/2012
47. HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE - HCPA	LEI Nº 5.604/1970 - APR.CONGR.NACIONAL
48. INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL	LEI Nº 6.267/1975
49. INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. - INB	LEI Nº 5.740/1971
50. NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S.A. - NUCLEP	LEI Nº 5.740/1971 DECRETO Nº 76.805/1975
51. VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS S.A.	LEI Nº 11.772, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008 REGISTRO JUNTA COMERCIAL

70 EMPRESAS PÚBLICAS QUE NÃO NECESSITAM DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

EMPRESAS PÚBLICAS	ORIGEM
1. ATIVOS S.A GESTÃO DE COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO
2. ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS	AGE DE CONSTITUIÇÃO
3. BANCO DO BRASIL AG VIENA - BB AG	NOTA DIRETORIA BB
4. BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A. - BB CARTÕES	ATA REUN. EXTR. CONS. ADM

5. BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB CONSÓRCIOS	ESCRITURA PÚBLICA
6. BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. - BB INVESTIMENTOS	AUT. MINISTERIAL S/OF.PRES 540
7. BB COR PARTICIPAÇÕES S.A.	ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BB
8. BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - BB CORRETORA	ATA DA A.G.E
9. BB ELO CARTÕES PARTICIPAÇÕES S.A	ESC.PÚBLICA CONST.SUBSID.INTEG
10. BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BB DTVM	ESCRITURA REG.22ºOF. NOTAS/RJ
11. BB LEASING COMPANY LIMITED - BB LEASING	CERTIFICADO DE INCORPORAÇÃO BB
12. BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.	ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BB
13. BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. - BB SEGUROS	ESCRITURA PÚBLICA
14. BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - BB LAM	E.M. 38, DE 12/03/1987
15. BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA. - BB TURISMO	ASSEMBLÉIA GERAL
16. BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BESCVAL	ATA DE CONSTITUIÇÃO
17. BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK - BAMB	AUTORIZAÇÃO DO BACEN
18. COBRA TECNOLOGIA S.A.	ASSEMBLÉIA DE ACIONISTA
19. BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR	EM Nº283/82- SEPLAN/MF/MDESBUR
20. BNDES PLC	CERTIFICADO DE INCORPORAÇÃO
21. CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. - CAIXAPAR	RESOL.CONS.DIR. 3415/08 CAIXA
22. CAIXA SEGURIDADE E PARTICIPAÇÕES S.A.	A CADASTRAR

23. AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. - AMGT	ATA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AMAZONAS
24. CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE	DECRETO Nº 72.548
25. CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL	ESTATUTO
26. COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF	DECRETO LEI Nº 8031
27. ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR	A.G.E DA LIGHT
28. ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR	ESCRITURA PÚBLICA
29. ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	DECRETO Nº 64.395
30. FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	DECRETO Nº 41.066
31. LINHA VERDE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO
32. TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A. - TSBE	ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO
33. TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. - TSLE	ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO
34. UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A	ESTATUTO
35. 5283 PARTICIPAÇÕES LTDA	EM - 42 DO MME
36. BAIXADA SANTISTA ENERGIA LTDA. - BSE	CONTRATO SOCIAL
37. BREITENER ENERGÉTICA S.A. - BREITENER	ASSEMBLEIA GERAL
38. BREITENER JARAQUI S.A	A.G.E
39. BREITENER TAMBAQUI S.A	A.G.E
40. COMPANHIA INTEGRADA TÊXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE	A.G. DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA

41. COMPANHIA PETROQUÍMICA DE PERNAMBUCO - PETROQUÍMICASUAPE	ASSEMBLÉIA CONSTITUIÇÃO S.A.
42. DOWNSTREAM PARTICIPAÇÕES LTDA. - DOWNSTREAM	EM - 42 DO MME
43. EÓLICA MANGUE SECO 2 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	ASSEMBLEIA GERAL CONSTITUIÇÃO
44. GÁS BRASILIANO DISTRIBUIDORA S.A. - GBD	CONTRATO SOCIAL
45. LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS	AGE.
46. NOVA TRANSPORTADORA DO NORDESTE S.A. - NTN	ASSEMBLEIA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE
47. NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. - NTS	ASSEMBLEIA DE CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE
48. PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. - PBIO	ATA CA PETROBRAS 1.301 ITEM 10
49. PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. - PCEL	INSTR. PART. DE CONSTITUIÇÃO
50. PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR	ASSEMBL DE ACION. DA PETROBRAS
51. PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO	EM - 42 DO MME
52. PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A. - PB-LOG	ESTATUTO
53. PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. - E-PETRO	AGE
54. PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO	ESCRITURA DE CONSTITUIÇÃO
55. STRATURA ASFALTOS S.A	NIRE Nº 35300035038
56. TERMOBAHIA S.A	CONTRATO SOCIAL
57. TERMOMACAÉ COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA	INSTRUMENTO PARTICULAR DE 11º ALTERAÇÃO CONTRATUAL
58. TERMOMACAÉ LTDA	CONTRATO SOCIAL

59. TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG	AGE.
60. TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG	ASSEMBLÉIA GERAL
61. CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPÓSITOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO	AGE FUSÃO DA CAGESP E CEASA/SP
62. COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC	DECRETO Nº 54.046
63. COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA	DECRETO Nº 87.560
64. COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP	AGE/PORTOBRÁS
65. COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR	ATA DA SESSÃO PÚBLICA
66. CORREIOS PARTICIPAÇÕES S/A	DECRETO 8.016
67. TELEBRAS COPA S.A.	DESPACHO DO MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES
68. COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU	DECRETO Nº 89.396/1984
69. EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB	DECRETO Nº 84.640/1980
70. HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S.A. - CONCEIÇÃO	CONTRATO SOCIAL

NEURIBERG DIAS